

Normas de submissão de artigos para a Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR

OBJETIVOS

A Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR, periódico de divulgação da Universidade Paranaense, publica artigos doutrinários inéditos, jurisprudência comentada, trabalhos discentes, artigos inéditos de pesquisa e de produção científica, notas prévias e revisões bibliográficas, resenhas, comunicações breves e atualidades referentes à área de Direito e Ciências Correlatas.

1) APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1) Os originais devem ser digitados em Word for Windows, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, em folha tamanho A4, com margens de 2,0cm.

2) Os trabalhos podem ser submetidos em português, espanhol e inglês, devendo apresentar o título, o resumo e as palavras-chave, obrigatoriamente, nessas três línguas (Título, Title e Título; Resumo, Abstract e Resumen; Palavras-chave, Keywords e Palabras clave), com o objetivo de permitir a divulgação dos trabalhos em indexadores e base de dados estrangeiros.

3) Em uma página à parte deve constar o título do trabalho, o nome completo dos autores (sem abreviações), a formação, o vínculo institucional, o cargo ou função que desempenham, endereço para correspondência e e-mail.

4) Na primeira página do artigo deve constar o título completo do trabalho, o resumo e as palavras-chave, (português, inglês e espanhol), omitindo-se o(s) nome(s) do(s) autor(es).

5) As figuras devem ser numeradas sequencialmente, assim como quadros e tabelas, e devem ser apresentadas no corpo do texto. Toda figura, quadro e tabela deve ter título, colocado abaixo de figura e acima de quadro e tabela. Todos os materiais gráficos devem apresentar resolução mínima de 300 dpi, com extensão jpg. Figuras coloridas serão custeadas pelos autores.

6) As notas de rodapé só devem ser utilizadas quando estritamente necessárias.

7) Os autores devem indicar o órgão financiador da pesquisa, se houver, e se o projeto passou por Comitê de Ética da área, com cópia do certificado de aprovação.

II) NORMAS EDITORIAIS

1) Todas as colaborações devem ser enviadas por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revista - SEER, endereço: <http://revistas.unipar.br/juridica>, ou por e-mail: rcjuridica@unipar.br ou remetidos pelo correio, em cópia impressa com disquete para: REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DA UNIPAR / UNIPAR, campus Sede. Praça Mascarenhas de Moraes, 4282, CEP 87502-210, Umuarama, PR.

2) Os originais serão submetidos à aprovação de consultores nos temas tratados (peer review ou referee system), sem a identificação de autoria. O processo de seleção de artigos envolve avaliação de especialistas ad hoc e do Conselho Editorial, que deverá selecionar os títulos a serem publicados.

3) Deve ser encaminhada, junto ao original, uma carta de submissão assinada por todos os autores do trabalho, indicando a ordem de apresentação dos nomes.

4) Os originais serão aceitos em língua portuguesa, em língua espanhola ou em língua inglesa.

5) A revista se reserva o direito de efetuar nos originais alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores. As provas finais não serão enviadas aos autores.

6) Os autores assumem a responsabilidade das informações e dos dados apresentados no manuscrito. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar, ficando sua reimpressão, total ou parcial, sujeita à autorização expressa do Conselho Editorial da revista. Os originais não serão devolvidos aos autores.

7) Cada autor receberá um exemplar da revista.

8) As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva

responsabilidade.

9) A revista classificará as colaborações de acordo com as seguintes seções:

9.1) Artigos de pesquisa, resultantes de pesquisa e estudos concluídos, estruturados em Título (Title e Título), Resumo (Abstract e Resumen) e Palavras-chave (Keywords e Palabras clave), Introdução, Objetivos, Metodologia, Resultados e Discussão (que podem estar combinados); Agradecimentos (se houver) e Referências, com, no máximo, 20 páginas.

9.2) Artigos de revisão, resultantes de pesquisa bibliográfica com análise crítica sobre determinado tema, estruturados em Título (Title e Título), Resumo (Abstract e Resumen) e Palavras-chave (Keywords e Palabras clave); Introdução, Desenvolvimento e Considerações Finais; Referências, com, no máximo, 30 páginas.

9.3) Relatos de experiência, resultante de experiência individual ou coletiva de proposta de intervenção, relevante na área da Educação, estruturados em Título (Title e Título), Resumo (Abstract e Resumen) e Palavras-chave (Keywords e Palabras clave), Introdução, Objetivos, Relato indicando com precisão as condições de realização do trabalho, Discussão; Referências, com, no máximo, 15 páginas.

9.4) Resenhas de publicações nacionais recentes ou publicações estrangeiras, devendo ser apresentada a referência completa da obra, com, no máximo, quatro páginas.

9.5) Resumos (Abstracts e Resumen) de dissertações e teses, ressaltando objetivo, metodologia, breve discussão dos resultados e conclusão do trabalho, com, no máximo, uma página.

III) CITAÇÕES

As citações no texto devem ser feitas pelo sistema autor-data (NBR 10520 - ago. 2002). O sobrenome do autor fora de parênteses deve ser escrito com a primeira letra maiúscula e o restante em minúscula e entre parênteses deve constar o ano e o número da página. O sobrenome do autor dentro de parênteses deve ser todo em letras maiúsculas.

As citações diretas curtas (até três linhas) devem vir entre aspas e incorporadas ao texto, já as citações longas (mais de três linhas) devem apresentar recuo de 4 cm, letra menor que o texto, sem aspas.

Citações indiretas sem aspas e sem número da página, bastando constar o ano.

Em citações de citações deve ser utilizada a palavra *apud* e a obra original a que o autor consultado está se referindo deve ser citada.

Exemplos:

1) Citação direta curta:

Segundo Artur César de Souza (1995, p.109) “é no processo que a dialética se desencadeia, não através de procedimento demonstrativo, mas argumentativo, mediante diálogos das partes, numa situação possivelmente controversa”.

2) Citação direta longa:

O processo civil brasileiro, por uma conjugação de circunstâncias históricas, manteve-se – mais tempo que a generalidade dos ordenamentos da tradição continental – vinculado a figuras do direito comum, entre as quais a releitura medieval dos interditos. Some-se a isso o caráter público do processo civil brasileiro, derivado do sistema de ‘jurisdição una’ que também contribuiu, no campo da jurisdição constitucional, das liberdades, para a criação de instrumentos tendentes ao resultado específico (TALAMINI, 2003, p. 477).

3) Citação indireta:

Segundo Cretella Jr. (2001), o regulamento não pode alterar a lei, nem criar obrigações para os cidadãos, que somente estão sujeitos aos encargos constantes da própria disposição legislativa.

4) Citação de citação:

A técnica da cognição exauriente enquanto não definitiva “é a técnica que funda a

execução provisória da sentença” (BORGHESI, 1991, p. 197 apud MARINONI, 2002, p. 40).

IV) REFERÊNCIAS

As referências citadas devem ser apresentadas em ordem alfabética no final do texto, segundo a NBR 6023 (ago. 2002).

Exemplos.

Livro:

GOMES, F. **Carência de ação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

Mais de três autores:

GRINOVER, A. P. et al. **Código de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Capítulo de livro:

BUENO, C.S. Efeitos dos recursos. In: NERY JR., N.; WAMBIER, T.A.A. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 66-90.

Artigo de periódico:

ASSIS, J.F. A tutela penal do consumidor e o crime de cobrança vexatória. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar**, Umuarama, v.9, n.2, p. 419-440, jun.-dez. 2006.

Monografia, Dissertação ou Tese:

FORTUNY, M. A. **A defesa do consumidor na estrutura sócio-econômica**. 2000. 310 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

Trabalho apresentado em evento:

BARROSO, L.A. Situação metodológica e natureza jurídica do direito amazônico.

In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMAZÔNICO. *Direito Amazônico: construindo o estado da arte*, 2004, Boa Vista, Anais... Boa Vista: ABLA; Instituto Gursen de Miranda, 2004. p. 62-82.

ESTRADA, A. A. Cultura e educação: novas perspectivas sobre a organização escolar. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E FÓRUM DE PESQUISA, 1., 2002, Umuarama, Anais... Umuarama: Universidade Paranaense, 2002.

Periódico on-line:

CALVO, Adriana Carrera. Os aspectos legais e a validade da cláusula de não-concorrência no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 616, 16 mar. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

Legislação:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 25. ed. atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Lei n. 9.160, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 36, p. 3-9, 20 fev. 1998, Seção 1.

Jurisprudência:

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processual Civil. Administrativo. Resp n. 836913-RS. 1ª Turma. Relator Min. Luiz Fux. J.08.05.07. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2007.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. Ap. Cível n. 0407243-1. 13ª C.Civ. Relator Des. Francisco Pinto Rabello Filho. J. 20.06.07. Disponível em: <<http://www.tj-pr.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2007.

Instructions to authors:

OBJECTIVES

Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR, a journal from Universidade Paranaense, publishes original articles, commented jurisprudence, students' papers, original researches and scientific articles, previous notes and bibliographical reviews, reviews, brief communications, and news about to Law and related domains.

I) Presentation of originals

- 1) The originals should be typed as following: Font: Times New Roman; Font Size: 12; Space between Lines: 1.5; Paper Size: A4; Borders: 2.0cm
- 2) Papers should be submitted in Portuguese, Spanish or English by presenting title, abstract and keywords in all three languages (*Título*, Title and *Título*; *Resumo*, Abstract and *Resumen*; *Palavras-chave*, Keywords and *Palabras clave*) for publishing in indexers and international databases.
- 3) Title of the paper; authors' full names (without abbreviations); professional education; institutional affiliation; position; mailing address, and e-mail address should be in an enclosed sheet.
- 4) Full title of the paper, abstract, and keywords (Portuguese, English, and Spanish), without the authors' names, should be on its first page.
- 5) Pictures should be sequentially numbered, as well as tables and charts should be numbered and be in the body of the text. All images should be in .jpg format with at least 300dpi. Colored images will be paid by the authors.
- 6) Footnotes should be used when strictly needed.
- 7) Authors should mention the research sponsor, if any, as well as if the project was approved by the Ethics Committee – with a copy of the approval certificate

II) EDITORIAL NORMS

1) All papers should be sent through Sistema Eletrônico de Editoração de Revista – SEER at either <http://revistas.unipar.br/juridica> or rejuridica@unipar.br; or a printed copy and the original in a floppy disk should be mailed to:

REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DA UNIPAR / UNIPAR

Campus Sede.

Praça Mascarenhas de Moraes, 4282

CEP 87502-210, Umuarama-PR-Brazil

2) The originals will be submitted to the counselors' approval upon the topics discussed (peer review or referee system), without authorship identification. The article selection process involves the evaluation of *ad hoc* specialists and the Editorial Board which will select the papers to be published.

3) A submission letter indicating the order of the names to be presented signed by all the authors should be enclosed together with the original.

4) The originals will be accepted in Portuguese, Spanish, and English.

5) The journal reserves the right to do normative, orthographic, and grammatical alterations in order to keep standard language, even though the authors' style will be respected.

6) Authors will be fully responsible for all the information and data presented in the manuscripts. The papers published will then be property of the *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar*. Their reprint – total or partial – is subject to formal authorization of the Board of Counselors of this journal. The originals will not return to their authors.

7) Each author will receive a copy of the journal.

8) All opinions expressed by the authors of the articles is on their exclusive responsibility.

9) The journal will classify the papers according to the following sections:

9.1) Research articles from research and concluded studies, structured as Title (*Título e Título*), Abstract (*Resumo and Resumen*), and Keywords (*Palavras-chave* and *Palabras clave*), Introduction, Objectives, Methodology, Results and Discussion (which can be combined); Acknowledgements (if any), and References – with up to 20 pages.

9.2) Review articles from research or concluded studies structured as Title (*Título and Título*), Abstract (*Resumo and Resumen*) and Keywords (*Palavras-chave* and *Palabras clave*); Introduction, Development and Final Considerations – with up to 30 pages.

9.3) Experience reports from either private or general intervention proposal relevant to Education structured as *Título* (*Title and Título*), *Resumo* (Abstract and *Resumen*) and Keywords (*Palavras-chave* and *Palabras clave*), Introduction, Objectives, Report precisely indicating the conditions under which the study was carried out, Discussion; Reference – with up to 15 pages.

9.4) National or international publication reviews should present full references of the paper with up to 4 pages.

9.5) Abstracts (*Resumos e Resumen*) of dissertations and theses pointing out objective, methodology, brief discussion on the results, and conclusion of the paper with up to 1 page.

III) CITATIONS

Citations in the text should be made through *Sistema Autor-Data* (NBR 10520 - ago. 2002). The author's last name - without parentheses - should have the first letter in Capital Letter only. The year and the page number should be between parentheses. The author's last name should be fully in Capital Letters while between parentheses. Short direct citations (up to 3 lines) should be between quotation marks and attached to the body of the text, while long citations (more than 3 lines) should have a 4-cm pull back and font size smaller than the one in the body of the text without quotation marks. Indirect citation should be without quotation marks and without the page number – just the year. Citations of citation should present the word *apud* as well as the original paper the author consulted is referring to should be mentioned.

Examples:

1) Short direct citation:

According to Artur César de Souza (1995, p.109) “é no processo que a dialética se desencadeia, não através de procedimento demonstrativo, mas argumentativo, mediante diálogos das partes, numa situação possivelmente controvertida”.

2) Long direct citation:

O processo civil brasileiro, por uma conjugação de circunstâncias históricas, manteve-se – mais tempo que a generalidade dos ordenamentos da tradição continental – vinculado a figuras do direito comum, entre as quais a releitura medieval dos interditos. Some-se a isso o caráter público do processo civil brasileiro, derivado do sistema de ‘jurisdição una’ que também contribuiu, no campo da jurisdição constitucional, das liberdades, para a criação de instrumentos tendentes ao resultado específico (TALAMINI, 2003, p. 477).

3) Indirect citation:

According to Cretella Jr. (2001), o regulamento não pode alterar a lei, nem criar obrigações para os cidadãos, que somente estão sujeitos aos encargos constantes da própria disposição legislativa.

4) Citation of citation:

A técnica da cognição exauriente enquanto não definitiva “é a técnica que funda a execução provisória da sentença” (BORGHESI, 1991, p. 197 apud MARINONI, 2002, p. 40).

IV) REFERENCES

The references cited should be presented in alphabetical order at the end of the text in accordance with NBR 6023 (ago. 2002).

Examples.

Book:

GOMES, F. **Carência de ação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

More than three authors

GRINOVER, A. P. et al. **Código de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Chapter from book:

BUENO, C.S. Efeitos dos recursos. In: NERY JR., N.; WAMBIER, T.A.A. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 66-90.

Article from journal:

ASSIS, J.F. A tutela penal do consumidor e o crime de cobrança vexatória. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR**, Umuarama, v.9, n.2, p. 419-440, jun.-dez. 2006.

Monography, Dissertation, or Thesis:

FORTUNY, M. A. **A defesa do consumidor na estrutura sócio-econômica**. 2000. 310 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

Paper presented in event:

BARROSO, L. A. Situação metodológica e natureza jurídica do direito amazônico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMAZÔNICO. *Direito Amazônico*: construindo o estado da arte, 2004, Boa Vista, Anais... Boa Vista: ABLA; Instituto Gursen de Miranda, 2004. p. 62-82.

ESTRADA, A. A. Cultura e educação: novas perspectivas sobre a organização escolar. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E FÓRUM DE PESQUISA, 1., 2002, Umuarama, Anais... Umuarama: Universidade Paranaense,

2002.

Online journal:

CALVO, Adriana Carrera. Os aspectos legais e a validade da cláusula de não-concorrência no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 616, 16 mar. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

Legislation:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 25. ed. atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Lei n. 9.160, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 36, p. 3-9, 20 fev. 1998, Seção 1.

Jurisprudence:

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processual Civil. Administrativo. Resp n. 836913-RS. 1ª Turma. Relator Min. Luiz Fux. J.08.05.07. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2007.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. Ap. Cível n. 0407243-1. 13ª C.Civ. Relator Des. Francisco Pinto Rabello Filho. J. 20.06.07. Disponível em: <<http://www.tj-pr.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2007.

NORMAS DE SUMISIÓN DE ARTÍCULOS PARA LA “REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DA UNIPAR”

OBJETIVOS

La Revista de “Ciências Jurídicas y Sociales da UNIPAR”, publicación de divulgación de la Universidad Paranaense, publica artículos doctrinarios inéditos, jurisprudencia comentada, trabajos discentes, artículos inéditos de investigación

y de producción científica, apuntes previos y revisiones bibliográficas, reseñas, comunicaciones breves y actualidades referentes al área de Derecho y Ciencias Análogas.

I – PRESENTACIÓN DEL TRABAJO

1) Los originales deben ser digitalizados en Word for Windows, fuente Times New Roman 12, espacio 1,5cm, papel tamaño A4, con márgenes de 2,0cm.

2) Los trabajos pueden ser sometidos en portugués, español e inglés, debiendo presentar el título, el resumen y las palabras clave, obligatoriamente en esas tres lenguas (Título, Title y Título; Resumo, Abstract y Resumen; Palavras-chave, Keywords y Palabras clave), con el objetivo de permitir la divulgación de los trabajos en indicadores y base de datos extranjeros.

3) En una página aparte debe constar el título del trabajo, el nombre completo de los autores (sin abreviaturas), la formación, el vínculo institucional, la función que desempeñan, dirección para correspondencia y e-mail.

4) En la primera página del artículo debe constar el título completo del trabajo, el resumen y las palabras clave (portugués, inglés y español), omitiéndose el (los) nombre(s) del (de los) autor(es).

5) Las figuras deben ser numeradas en secuencia, así como cuadros y tablas, y deben ser presentadas en el cuerpo del texto. Toda figura, cuadro y tabla debe poseer título, puesto abajo de la figura y arriba del cuadro y tabla. Todos los materiales gráficos deben presentar resolución mínima de 300 dpi, con extensión jpg. Figuras coloridas serán costeadas por los autores.

6) Las notas al pie de las páginas sólo deben ser utilizadas cuando estrictamente necesarias.

7) Los autores deben indicar la institución financiera de la investigación, si existir, y si el proyecto fue aprobado por el Comité de Ética del área, con copia del certificado de aprobación.

II – NORMAS EDITORIALES

1) Todas las colaboraciones deben ser enviadas por medio del “Sistema

Electrónico de Editoração de Revista – SEER”, dirección: <http://revistas.unipar.br/juridica> por e-mail: rcjuridica@unipar.br o remitidos por el correo, en copia impresa con disquete para: REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS DA UNIPAR/ UNIPAR, Campus Sede. Praça Mascarenhas de Moraes, 4282, Cep 87502-210, Umuarama – Pr.

2) Los originales serán sometidos a la aprobación de consultores en los temas tratados (peer review o referee system), sin la identificación de autoría. El proceso de selección de artículos involucra evaluación de expertos *ad hoc* y del Comité Editorial, que deberá seleccionar los títulos que serán publicados.

3) Debe ser encaminada, junto al original, una carta de sumisión firmada por todos los autores del trabajo, indicando el orden de presentación de los nombres.

4) Los originales serán aceptos en lengua portuguesa, en lengua española o en lengua inglesa.

5) La revista se reserva el derecho de efectuar en los originales, alteraciones de orden normativa, ortográfica y gramatical, vistas a mantener el estándar culto de la lengua, respetando, sin embargo, el estilo de los autores. Las pruebas finales no serán enviadas a los autores.

6) Los autores asumen la responsabilidad de las informaciones y de los datos presentados en el manuscrito. Los trabajos publicados pasan a ser propiedad de la “Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR”, quedándose su reimpresión, total o parcial, sometida a la autorización expresa del Consejo Editorial de la Revista. Los originales no serán devueltos a los autores.

7) Cada autor recibirá un ejemplar de la revista.

8) Las opiniones emitidas por los autores de los artículos son de su exclusiva responsabilidad.

9) La revista clasificará las colaboraciones de acuerdo con las siguientes secciones:

9.1) **Artículos de Investigación**, resultantes de pesquisas y estudios concluidos, estructurados en Título (Title y Título), Resumen (Abstract y Resumo) y Palabras

Clave (Keywords y Palavras chave), Introducción, Objetivos, Metodología, Resultados y Discusión (que pueden estar combinados); Agradecimientos (si existir) y Referencias, con el máximo de 20 páginas.

9.2) **Artículos de Revisión**, resultantes de investigación bibliográfica con análisis crítica sobre determinado tema, estructurados en Título (Title y Título), Resumen (Abstract y Resumo) y Palabras Clave (KeyWords y Palavras-chave); Introducción, Desarrollo y Consideraciones Finales; Referencias, con el máximo de 30 páginas.

9.3) **Relatos de Experiencia**, resultante de experiencia individual o colectiva de propuesta de intervención, relevante en el sector de la educación, estructurados en Título (Title y Título), Resumen (Abstract y Resumo) y Palabras Clave (Keywords y Palavras-clave), Introducción, Objetivos, Relato indicando con precisión las condiciones de realización del trabajo, Discusión; Referencias, con el máximo de 15 páginas.

9.4) **Reseñas** de publicaciones nacionales recientes o publicaciones extranjeras, debiendo ser presentada la referencia completa de la obra, con el máximo de cuatro páginas.

9.5) **Resúmenes** (Abstracts y Resumos) de disertaciones y tesis, señalando objetivo, metodología, breve discusión de los resultados y conclusión del trabajo, con el máximo de una página.

III) CITAS

Las citas en el texto deben ser hechas por el sistema autor-fecha (NBR 10520 – ago 2002). El apellido del autor fuera de paréntesis debe ser escrito con la primera letra mayúscula y el restante en minúscula y, dentro de paréntesis debe constar el año y el número de la página. El apellido del autor dentro de paréntesis debe ser todo en letras mayúsculas. Las citas directas cortas (hasta tres líneas) deben venir entre comillas e incorporadas al texto, ya las citas largas (más de tres líneas) deben presentar retroceso de 4cm, letra menor que el texto, sin comillas. Citas Indirectas sin comillas y sin número de la página, sólo constar el año. En citas de citas debe ser utilizada la palabra apud y la obra original a que el autor consultado está refiriéndose debe ser citada.

Ejemplos:

1) Cita directa corta:

Segundo Artur César de Souza (1995, p.109) “é no processo que a dialética se desencadeia, não através de procedimento demonstrativo, mas argumentativo, mediante diálogos das partes, numa situação possivelmente controvertida”.

2) Cita directa larga:

O processo civil brasileiro, por uma conjugação de circunstâncias históricas, manteve-se – mais tempo que a generalidade dos ordenamentos da tradição continental – vinculado a figuras do direito comum, entre as quais a releitura medieval dos interditos. Some-se a isso o carácter público do processo civil brasileiro, derivado do sistema de ‘jurisdição una’ que também contribuiu, no campo da jurisdição constitucional, das liberdades, para a criação de instrumentos tendentes ao resultado específico (TALAMINI, 2003, p. 477).

3) Cita indirecta:

Segundo Cretella Jr. (2001), o regulamento não pode alterar a lei, nem criar obrigações para os cidadãos, que somente estão sujeitos aos encargos constantes da própria disposição legislativa.

4) Cita de cita:

A técnica da cognição exauriente enquanto não definitiva “é a técnica que funda a execução provisória da sentença” (BORGHESI, 1991, p. 197 apud MARINONI, 2002, p. 40).

IV) REFERENCIAS

Las referencias mencionadas deben ser presentadas en orden alfabética en el final del texto según la NBR 6023 (ago. 2002).

Ejemplos:

Libro:

GOMES, F. **Carência de ação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

Más de tres autores:

GRINOVER, A. P. et al. **Código de defesa do consumidor**: comentado pelos autores do anteprojeto. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Capítulo de libro:

BUENO, C.S. Efeitos dos recursos. In: NERY JR., N.; WAMBIER, T.A.A. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 66-90.

Artículo de periódico:

ASSIS, J.F. A tutela penal do consumidor e o crime de cobrança vexatória. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar**, Umuarama, v.9, n.2, p. 419-440, jun.-dez. 2006.

Monografía, Disertación o Tesis:

FORTUNY, M. A. **A defesa do consumidor na estrutura sócio-econômica**. 2000. 310 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

Trabajo presentado en evento:

BARROSO, L. A. Situação metodológica e natureza jurídica do direito amazônico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMAZÔNICO. *Direito Amazônico: construindo o estado da arte*, 2004, Boa Vista, Anais... Boa Vista: ABLA; Instituto Gursen de Miranda, 2004. p. 62-82.

ESTRADA, A. A. Cultura e educação: novas perspectivas sobre a organização escolar. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E FÓRUM DE PESQUISA, 1., 2002, Umuarama, Anais... Umuarama: Universidade Paranaense, 2002.

Periódico on-line:

CALVO, Adriana Carrera. Os aspectos legais e a validade da cláusula de não-concorrência no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 616, 16 mar. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

Legislación:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 25. ed. atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Lei n. 9.160, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 36, p. 3-9, 20 fev. 1998, Seção 1.

Jurisprudencia:

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processual Civil. Administrativo. Resp n. 836913-RS. 1ª Turma. Relator Min. Luiz Fux. J.08.05.07. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2007.

PARANÁ. Tribunal de Justiça do Paraná. Ap. Cível n. 0407243-1. 13ª C.Civ. Relator Des. Francisco Pinto Rabello Filho. J. 20.06.07. Disponível em: <<http://www.tj-pr.gov.br>> Acesso em: 17 jun.2007.